



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Casa Napoleão Laureano  
Gabinete do Vereador Tarcísio Jardim

---

## REQUERIMENTO

---

**AUTOR (A): Vereador Tarcísio Jardim**

REQ. Nº.: \_\_\_\_\_/2021

*Senhor Presidente,*

*Senhores (as) Vereadores (as),*

REQUEIRO, a Vossas Excelências, na forma Regimental, que encaminhem ao Prefeito Municipal de João Pessoa, o Sr. **Cícero Lucena**, e a Sra. **Luciana Athayde de Santiago**, Secretária Executiva da Educação de João Pessoa, solicitação deste Poder Legislativo para que **providencie as intervenções necessárias na Escola Luíz Augusto Crispim, localizada no bairro dos Ipês, para o total cumprimento do que é previsto na Lei nº 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de 06 de julho de 2015, para que seja garantida acessibilidade aos usuários.**

### JUSTIFICATIVA:

A presente propositura busca trazer mais dignidade àqueles cidadãos que possuem alguma necessidade especial, sendo necessárias realizações de adaptações para acessar às escolas e creches sob administração da prefeitura municipal de João Pessoa.

Nestes termos, foi promulgado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, o qual visa garantir melhores condições aos usuários do sistema educacional e que encontrem barreiras por sua condição peculiar. Vejamos o que diz o artigo 28 do referido Diploma Legal:

**Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:**

**II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a *garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;***

**XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;**

Já os artigos 53 e 57, da supramencionada Lei, assim se manifestam:

**Art. 53. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.**

**Art. 57. As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, **tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.****

Nesse contexto, constata-se que o estabelecimento educacional em questão ainda não possui estrutura adequada a eliminar as barreiras que impedem o acesso de estudantes com deficiência, o que, por via de consequência, não garante a inclusão dessas pessoas ao ambiente estudantil.

Desta feita, o que se busca com o presente instrumento legislativo é fazer com que o Poder Público cumpra com os ditames legais, e providencie as intervenções de engenharia necessárias no referido prédio público.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, 10 de maio de 2021.

  
**TARCÍSIO JARDIM**  
Vereador